

CAPÍTULO III

DE AVEIRO E FIGUEIRA DA FOZ (PT) PARA ARRAIAL DO CABO (BR): INFLUÊNCIA DE TÉCNICAS PORTUGUESAS NA SALICULTURA DA LAGUNA DE ARARUAMA, RIO DE JANEIRO, BRASIL



DE AVEIRO E FIGUEIRA DA FOZ (PT) PARA ARRAIAL DO CABO (BR): INFLUÊNCIA DE TÉCNICAS PORTUGUESAS NA SALICULTURA DA LAGUNA DE ARARUAMA, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Olegário Nelson Azevedo Pereira¹ (olegario.pereira@hotmail.com); Elza Maria Neffa Vieira de Castro² (elzaneffa@gmail.com); Maria Rosário Bastos³ (Maria.Bastos@uab.pt); João Alveirinho Dias⁴ (j dias@ualg.pt); Maria Antonieta C. Rodrigues⁵ (tutucauerj@gmail.com).

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA / UERJ) & Bolsista da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) procedente do convênio FAPERJ / CEPSE (Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, Porto, Portugal). ² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Professora e coordenadora adjunta do PPG-MA – Doutorado Multidisciplinar da UERJ. ³ Universidade Aberta & Cepese – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, Porto, Portugal. ⁴ CIMA – Centro de Investigação Marinha e Ambiental, Faro, Portugal. ⁵ Departamento de Estratigrafia e Paleontologia, Faculdade de Geologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

47

RESUMO

Localizada no estado do Rio de Janeiro, Brasil, a Região da Baixada Litorânea, onde se encontra o município de Arraial do Cabo, constitui-se de uma planície sedimentar caracterizada pela presença de vários sistemas lagunares costeiros. De entre eles, a laguna de Araruama, a qual é considerada uma das maiores lagunas hipersalinas do mundo. Esta laguna é circundada por diversos municípios, dentre os quais, destacamos o de Arraial do Cabo como a área objeto deste estudo. Devido a uma complexidade de eventos geológicos e de variações do nível do mar ocorridos entre 120 mil a 7 mil anos a. P., uma restinga dupla com extensos areais formou-se e confinou o corpo hídrico lagunar. Em resultado de sua formação, o local tornou-se uma área propícia para a fixação humana predominando a exploração dos recursos marinhos. No século XVI, com a chegada dos portugueses a Cabo Frio, município ao qual Arraial do Cabo pertenceu até a sua emancipação em 1985, a região era ocupada por duas “nações” indígenas. Estes povos não produziam o sal marinho, pois essa prática foi introduzida pelos portugueses, dadas as favoráveis condições climáticas e geomorfológicas referidas, que favoreceram a salicultura. Desde o século XIX, pelo menos, instalaram-se em Araruama famílias provindas de Aveiro e de Figueira da Foz, regiões portuguesas notoriamente experientes nessa atividade, implementando técnicas de exploração do sal aplicadas em Portugal. Este estudo pretende analisar, diacronicamente, a evolução da prática salífera na região da Laguna de Araruama, por meio da investigação de documentação histórica, tendo em conta as características do sistema lagunar no propiciar desse recurso. Pretende, ainda, identificar quais técnicas de extração de sal foram introduzidas com a colonização portuguesa e como essas inserções contribuíram para intensificar a exploração e a transformação do meio lagunar.

Palavras Chave – História Ambiental; Sistemas lagunares; Interação Ser Humano-Natureza; Recursos marinhos.

From Aveiro and Figueira da Foz (Pt) to Arraial do Cabo (Br): Influence of Portuguese Techniques in Araruama lagoon salt production, Rio de Janeiro, Brazil

ABSTRACT

In the State of Rio de Janeiro, Brazil, it's located the Arraial do Cabo municipality in the Baixada Litorânea region. This is a region of coastal lowlands, constituted by a sedimentary plain and characterized by the presence of several coastal lagoons. Among them, the Araruama lagoon is considered one of the largest hypersaline lagoons in the world. It is surrounded by several municipalities, among which Arraial do Cabo, the object area of this study. Due to a complexity of geological events and sea level variations occurred between 120,000 to 7000 years BP, a double sand spit was formed, and confined the lagoon. As a result, the local has become a favorable area for human settlement, predominating the exploitation of marine resources. In the sixteenth century, when the Portuguese arrived to Cabo Frio (a municipality to which Arraial do Cabo belonged until its emancipation in 1985), two indigenous people occupied the region, but none of them produce salt. The Portuguese introduced this practice. Due to climatic and geomorphological conditions, the region became a favorable area to developing the salt production. Since the nineteenth century, at least, families from Aveiro and Figueira da Foz, Portuguese regions notoriously experienced in that activity, settled in Araruama, and implemented the salt exploitation techniques applied in Portugal. This study aims to analyze, diachronically, the evolution of salt practices in the Araruama lagoon region. For that purpose, historical documentation was analyzed, taking into account the characteristics of the lagoon system in

providing these resource. It also intends to identify salt extraction techniques introduced by the Portuguese colonization, and understand how these techniques contributed to the intensification of the exploitation and

transformation of the lagoon environment.

Keywords – Environmental History; Marine resources; Lagoon systems; Interaction Man – Nature.

INTRODUÇÃO

O município de Arraial do Cabo, com uma área total de aproximadamente 160,3 km², localiza-se no Estado do Rio de Janeiro e ocupa 4,4% da área da

Região das Baixadas Litorâneas (TCE-RJ, 2014, pp. 8-9). Trata-se de uma unidade administrativa cuja emancipação foi estabelecida no ano de 1985 através do decreto de Lei Estadual nº 839 sendo que, até então, este território pertencia ao Distrito de Cabo Frioⁱ (Figura 1).

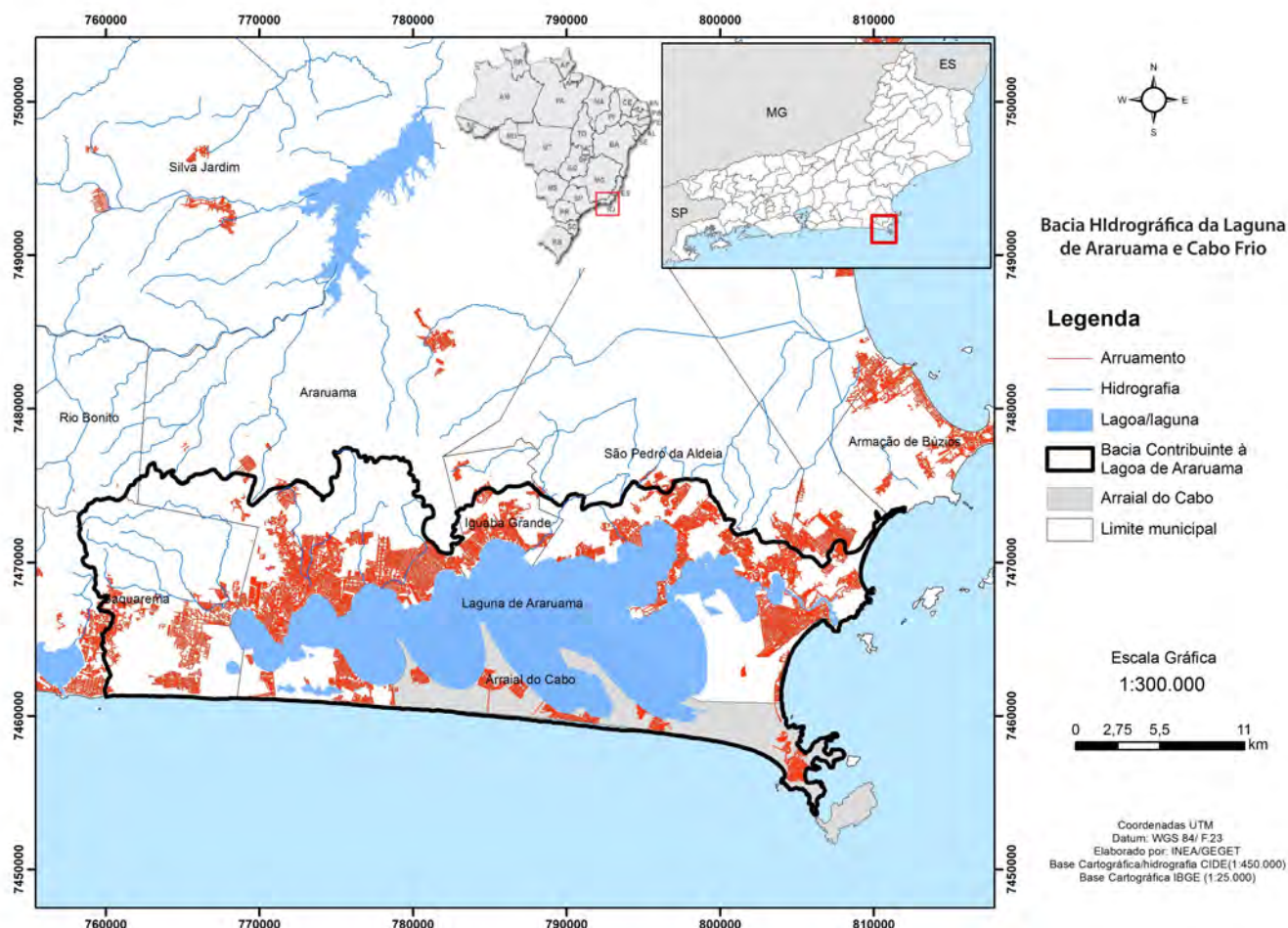


Figura 1. Localização da área de estudo (Arraial do Cabo) e da Bacia Hidrográfica da laguna de Araruama e Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

No início do século XVI, os portugueses chegaram à região estabelecendo uma feitoria com o objetivo de explorar pau-brasil. Não obstante as divergências quanto à datação desse primeiro assentamento europeu na região, a cartografia de cerca de 1507 registra a existência do território de Cabo Frio. Porém, questões várias impossibilitaram uma ocupação territorial consolidada. A falta de

efetivos humanos, o constante ambiente de confronto bélico com os indígenas e com os corsários franceses e holandeses que assolavam aquele litoral explorando pau-brasil, traduziram-se numa colonização temporária da região por parte dos portugueses. Após a expulsão definitiva dos franceses, do controle das investidas dos corsários e da subjugação dos indígenas, nos inícios do século

XVII fundou-se, oficialmente, a capitania de Cabo Frio (LAMEGO, 1946, pp. 75-85. MASSA, 1980, pp. 23-37).

Apesar de, neste primeiro momento, a exploração voltar-se especialmente para o pau-brasil, outros recursos naturais, nomeadamente os marinhos, seriam essenciais para o desenvolvimento econômico da região. Para esse fato contribuiu especialmente o sistema lagunar de Araruama, tendo em vista que as singulares condições naturais revelaram o sal como um recurso abundante, até porque costumava ser importado de Portugal a um preço elevado. Com uma extensão de cerca de 220 km² e um perímetro de 160 Km (Figura 1), Araruama é considerada uma das maiores lagunas hipersalinas do mundo e, apesar de apresentar problemas relacionados à conservação ambiental, nas suas águas ainda se verificam atividades piscatórias e salíferas (BIDEGAIN, 2002, 2005. CARVALHO *et al.*, 2014).

Na verdade, a exploração do sal é uma atividade secularmente desempenhada no entorno lagunar de Araruama. Num primeiro momento, levada a cabo pelos povos indígenas e, num segundo momento, pelos portugueses. Se os indígenas aplicavam técnicas rudimentares de extração de sal, com a colonização portuguesa, introduziram-se novas técnicas que permitiram uma mais profícua exploração deste elemento natural. Assim, embora já se verificasse sua crescente exploração, a partir do século XIX, pelo menos, com a chegada a Araruama de famílias provindas de Aveiro e de Figueira da Foz, regiões portuguesas notoriamente experientes na salicultura, técnicas aplicadas em Portugal foram implementadas na região (*cf.* LAMEGO, 1946. HOLZER, 2014). No sentido de se verificar essa questão, este estudo pretende analisar diacronicamente a evolução da prática salineira na região da Laguna de Araruama, por meio da investigação de documentação histórica, tendo em conta as características deste sistema lagunar. Pretende, ainda, identificar quais técnicas de extração de sal foram introduzidas com a colonização portuguesa e como essas inserções contribuíram para intensificar a exploração e a transformação do meio lagunar.

PERFIL DO SISTEMA LAGUNAR DE ARARUAMA E SUA RELEVÂNCIA NA SALICULTURA

A região das baixadas litorâneas é constituída por uma planície sedimentar de baixa altitude caracterizada pela presença de vários sistemas lagunares costeiros. O confinamento dos mesmos deve-se à paulatina formação de um conjunto de restingas duplas (DIAS; KJERFVE, 2009, pp. 225-226). Entre esses sistemas e restingas predominantes na região encontra-se o sistema lagunar de Araruama, corpo hídrico lagunar confinado pela restinga de Massambaba, com o qual limita a região de Cabo Frio, e conseqüentemente, o atual município de Arraial do Cabo.

Alberto Lamego (1946, pp. 10-16) explicou a constituição da laguna de Araruama como resultado do transporte longitudinal de grandes quantidades de areia, nomeadamente através das correntes de deriva litorânea cuja direção seria de oeste para leste. Estas areias, uma vez depositadas, teriam formado os extensos cordões arenosos no formato de pontais, cujo culminar terá sido o confinamento de enseadas existentes na região. Apesar de tal interpretação, verificou-se posteriormente que o sistema lagunar de Araruama teve origem em sucessivas subidas e descidas do nível do mar, sendo que as duas séries de cordões litorâneos tiveram sua gênese nesse avanço marítimo, constituindo-se em idades diferentes, a *flandriana* e a *pós-flandriana* (NETO, 1984, pp. 61-63. MUEHE, 2011, p. 317). Atualmente, considera-se que uma complexidade de eventos geológicos e de variações do nível do mar, ocorridos entre 123 mil a 7 mil anos antes do presente, teria contribuído para tal desfecho. Nesse sentido, demonstra-se que o cordão arenoso mais próximo ao mar ter-se-á constituído durante o período do Holoceno, enquanto o cordão arenoso mais interior ter-se-á formado durante o período do Plistoceno, aquando da ocorrência da transgressão marítima (Figura 2) (KJERFVE *et al.*, 1996, p. 704. DIAS; KJERFVE, 2009, pp. 244-248).

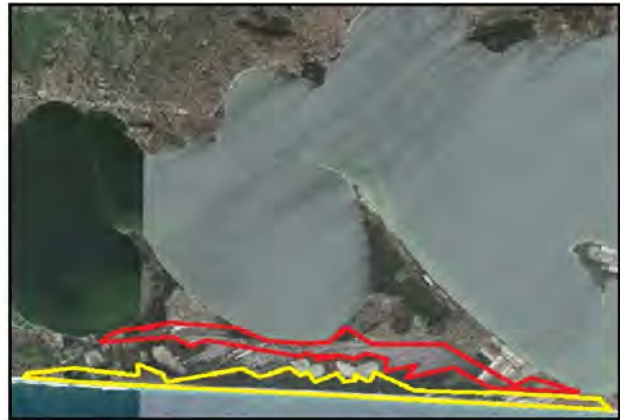
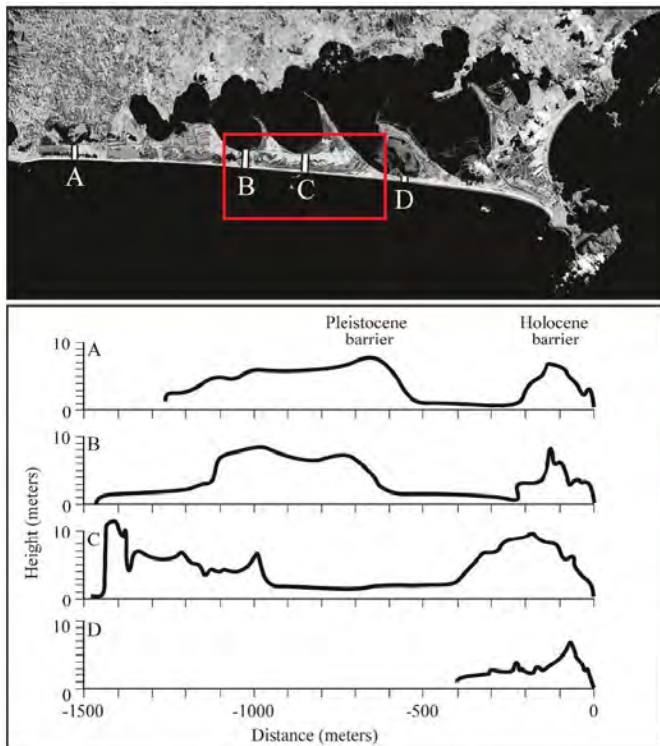
Devido às circunstâncias geomorfológicas sumariamente descritas, pelo fato de se tratar de um corpo hídrico protegido da força da agitação marítima oceânica, dada a característica de litoral

abrigado, e pelo facto de ser uma laguna hipersalina onde o sal precipita naturalmente, o sistema lagunar de Araruama constituiu-se como área de salicultura. A importância da constituição de sistemas lagunares confinados ou semi-confinados para o desenvolvimento dessa atividade reside, primordialmente, na proteção conferida relativamente ao impacto direto da agitação marítima (LAMEGO, 1946, p. 159). Aliás, tal condição já é referida em 1587 por Gabriel Soares de Souza (1851, pp. 80-81), mantendo-se em 1663 em uma descrição do padre Jesuíta Simão de Vasconcellos na sua *Crônica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* (VASCONCELLOS, 1865, Vol. I, p. LII) ao referir que

He Cabo Frio paragem notavel em toda a costa [...] tem junto a si hum sacco, ou bahia, obra particular da natureza, cavada como de proposito entre o duro de huma penedia, que lhe serve de muro e fortaleza em sua entrada: está lancada ao comprido; he capaz de grandes Armadas, que ficão dentro como em huma casa, defendidas de todas as injurias dos ventos, com huma so barra pera o mar.

Tais condições revelaram-se fundamentais no que diz respeito à potencialidade do meio para a produção de sal. Por outro lado, questões climáticas

excepcionalmente favoráveis face às demais áreas litorâneas da região, por apresentar um clima semiárido, também favoreceram a atividade. A região apresenta condições climáticas divergentes, mesmo em distâncias bastante reduzidas, proporcionando microclimas que influem nos níveis de salinidade presentes em diversos pontos da laguna (cf. BARBIÉRE, 1984. KJERFVE *et al.*, 1996, pp. 709-713). De fato, a região de Cabo Frio apresenta condições pluviométricas relacionadas com as de um clima semiárido, em contraste com o restante do estado do Rio de Janeiro, cujas características climáticas são de clima tropical húmido. Vários fatores *geocológicos* são referidos, em conjunto com o clima, para explicar o elevado índice de salinidade de Araruama. Entre outros, aponta-se como motivo da excepcional salinidade a reduzida profundidade da laguna, a insignificante drenagem fluvial, a ventilação acentuada constituída por ventos de Nordeste, que proporcionam uma rápida evaporação, e a existência de um só canal de ligação com o oceano impedindo a uniformização das águas através do fluxo e do refluxo das marés (LAMEGO, 1946, pp. 164-165. BARBIÉRE, 1975, pp. 41-43).



Red line: Cordão dunar interno, formado no Plistoceno, *circa* 120 000 anos
Yellow line: Cordão dunar externo, formado no Holoceno, *circa* 7000 anos

Adaptado:

KJERFVE, B.; SCHETTINI, C. A. F.; LESSA, G.; FERREIRA, H. O. 1996. "Hydrology and Salt Balance in a Large, Hypersaline Coastal Lagoon: Lagoa de Araruama, Brazil". *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 42, p. 701-725.

NETO, R. C. 1984. "Algumas considerações sobre a origem do sistema lagunar de Araruama". In: LACERDA, L. D.; ARAUJO, D. S. D.; CERQUEIRA, R.; TURCQ, B. (org.) *Restingas: origem, estrutura, processos*. Niterói: CEUFF, p. 61-63.

Ministério do Meio Ambiente. Área de Proteção Ambiental de Massambaba (APA) – relatório, p. 9. Disponível: http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/arquivos/prj_mc_046_pub_llv_001_ea.pdf

Figura 2. Formação geomorfológica da restinga de Massambaba.

INFLUÊNCIA PORTUGUESA NA EXTRAÇÃO DE SAL DA LAGUNA DE ARARUAMA

A extração de sal entre os séculos XVI e XVIII

Como referido anteriormente, o sal é um recurso abundante na região lagunar de Araruama. Na época da colonização, embora os indígenas o recolhessem, não o utilizavam na conservação e confeção de alimentos (HOLZER, 2014, pp. 48-49). As descrições dos cronistas deixam um testemunho sobre essa questão, como o de Souza em 1587:

Por esta bahia entra a maré muito pela terra dentro, que é muito baixa, onde de 20 de Janeiro até todo o Fevereiro se coalha a agua muito depressa, e sem haver marinhas tiram os Indios o sal coalhado e duro, muito alvo, às mãos cheias, de debaixo da agua, chegando-lhe sempre a maré, sem ficar nunca em secoo (SOUZA, 1851, p. 81).

Deste relato se depreende que os portugueses não haviam começado a exploração salífera, pois o cronista refere-se à inexistência de marinhas, apesar da abundância do produto. Tal situação é natural pois apesar de já estarem estabelecidas as capitánias desde o primeiro quartel da centúria de quinhentos, somente em 1615 efetiva-se o domínio da região, aquando da expulsão dos franceses e de um mais eficaz controlo dos corsários holandeses e ingleses (LAMEGO, 1946, pp. 75-85. MASSA, 1980, pp. 23-37). Não obstante, a constante presença de embarcações estrangeiras trazia insegurança. Além disso, havia uma premente necessidade de povoar a região e tentar impedir as esporádicas incursões de holandeses e ingleses. De fato, entre o século XVI e a segunda metade do século XVII, é variada a documentação que demonstra a presença de corsários na região litorânea da capitania de Cabo Frio em busca do pau-brasil, bem como, das diversas soluções para impedir tal situação, entre elas, o povoamento recorrendo à população indígenaⁱⁱ.

Em 1627, e já consolidada a ocupação portuguesa na região, afirmava Frei Vicente do Salvador que “Faz-se no Brasil sal não só em salinas artificiaes, mas em outras naturaes, como no Cabo-Frio e alem do Rio-Grande, onde se acha coalhado em grandes pedras muito e muito alvo.” (SALVADOR, 1918, p. 48). Tal afirmação

demonstra que não existiam então salinas artificiais em Cabo Frio, advertindo em outro momento da suficiência produtiva deste e doutros produtos, ao ponto de afirmar não haver necessidade de importação dos mesmos com proveniência da metrópole (*Idem*, pp. 49-50). No ano de 1663, passados 48 anos desde o estabelecimento do domínio português na região, o padre Jesuíta Simão de Vasconcellos refere-se à elevada produtividade de sal na laguna e à potencialidade da sua exportação (VASCONCELLOS, 1865, p. LII).

Os autores que se debruçaram sobre a questão da produção de sal em Araruama defendem a permanência constante da paisagem lagunar, uma vez que ainda não haviam sido construídas salinas no seu entorno. Apontam essa imutabilidade até o século XIX, sustentando tal argumento na questão da existência de uma proibição régia relativamente à produção de sal imposta em 1631, segundo Holzer (2014, pp. 50-51), ou 1665 e efetivando-se em 1690, segundo Lamego (1946, p. 168 *et seq.*). Contudo, a presença de salinas artificiais era uma realidade, mais ainda se tivermos em conta que as condições de litoral protegido favorecem esse empreendimento, contrariamente aos litorais expostos à forte ondulação marítima que não a permitem. Se tomarmos a descrição que Saint-Adolphe regista no seu *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil* relativamente à restinga de Massambaba, percebemos a existência de salinas artificiais antes da proibição de exploração desse produto imposta pela coroa portuguesa. Refere o autor ser Massambaba

Parte da restinga ao poente do Cabo-Frio. Dispoz a natureza o solo para nelle se fazerem salinas. Nos primeiros tempos fizeram-se grandes quantidades de sal, porém o governo portuguez prohibio aquelle género de industria no fim do seculo XVII, para favorecer a extracção do sal em Portugal, e depois da independencia os habitantes do districto de Cabo-Frio transcurarão de tirar proveito das antigas salinas mandando-as limpar, facilitando a entrada d'agua do mar, e impedindo a d'agua doce (SAINT-ADOLPHE, 1845, tomo II, p. 56).

Tal descrição parece sustentar que no hiato entre a efetivação de controlo do território pelos portugueses, em 1615, e a proibição de produção imposta pela metrópole, houve a construção de

salinas artificiais, mais tarde recuperadas para dar continuidade ao labor de extração salífera. João Teixeira Albernaz, na sua descrição cartográfica do litoral brasileiro, elaborada em 1640, ressalta-o,

representando-as no mapa (Figura 3)ⁱⁱⁱ.

Embora não se possa efetivamente discernir se artificiais ou naturais, outra cartografia da região produzida na década de sessenta da mesma

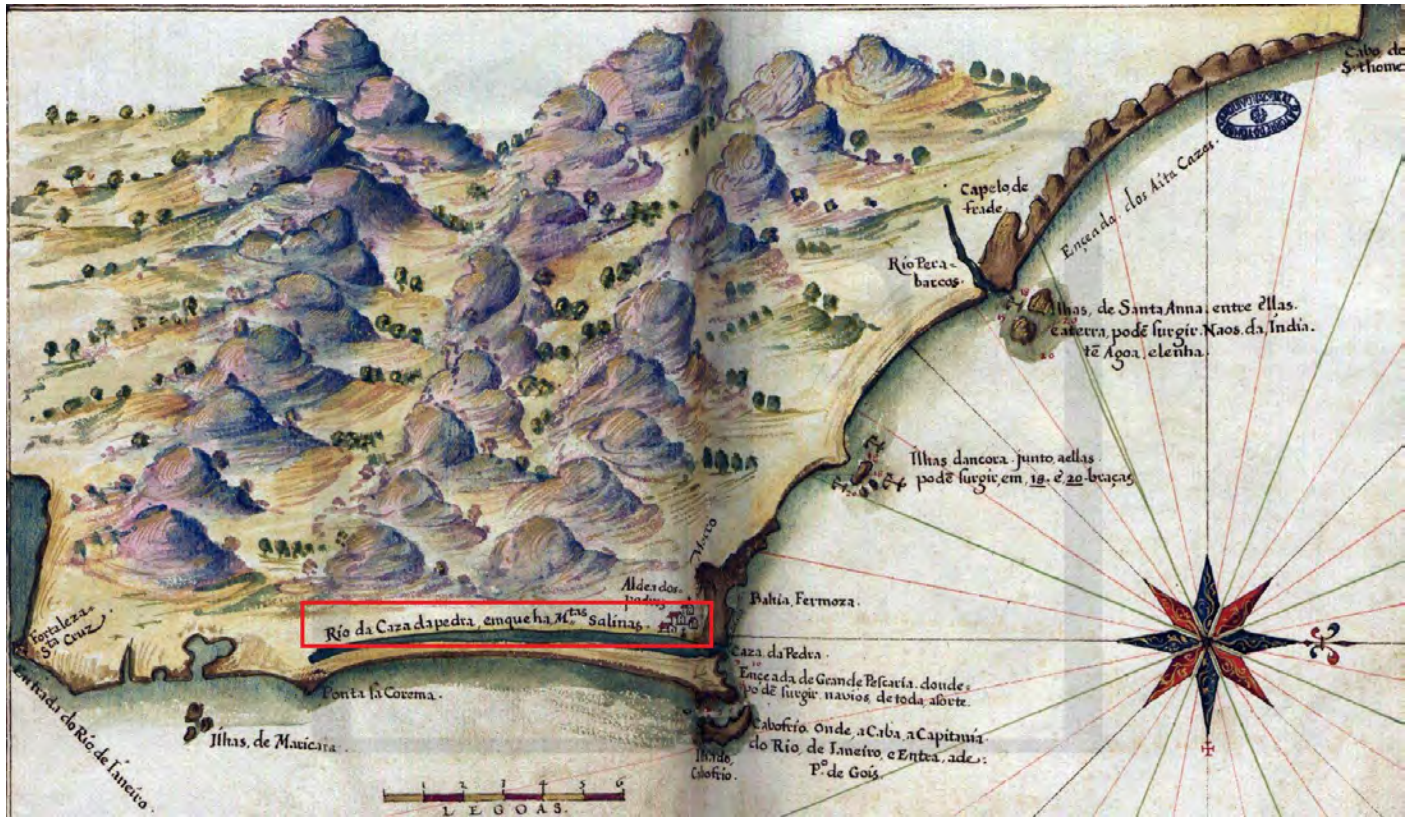


Figura 3. Região litorânea da Capitania de Cabo Frio em 1640, onde se representa a existência de salinas.

centúria, regista igualmente salinas no entorno da laguna (Figura 4).



Figura 4. Representação da laguna de Araruama na segunda metade do século XVII (1667) onde se pode observar a existência de salinas.

Outros autores também se referem à antiguidade da extração de sal na laguna e a concomitante existência de salinas, cuja exploração era o modo de vida dos primeiros colonizadores da

região. A alta produtividade desse empreendimento foi o motivo que desencadeou a proibição emanada pela coroa no século XVII, originando diversas contendas entre a população e os contratadores do sal que passaram a monopolizar a produção e a venda do produto (ARAÚJO, 1820, tomo II, pp. 154-165. LAMEGO, 1946, p. 170). Em 1767, passados cerca de cem anos desde a proibição, a cartografia assinala a presença de salinas na restinga de Massambaba (Figura 5).

A confirmação de terem existido salinas artificiais apresenta-se em um documento de 1798 no qual D. Rodrigo de Sousa Coutinho, contratador do sal das Américas, explica ao monarca as causas para o sal da metrópole não ter chegado ao Brasil. Nesse documento, o contratador enaltece uma anterior decisão do Vice-Rei do Brasil dizendo que “[...] muito acertada e justa, foi a determinação do dito Exmo. Vice-Rey em mandar cuidar da cultura do Sal em Cabo Frio.” acrescentando que, devido à falta de sal e à impossibilidade de envio do produto

da metrópole por causa da guerra e por falta de navios para efetuar o transporte, já haviam ponderado passar uma ordem

[...] a todos os Administradores do Contracto naquele Continente que se alguns particulares quizessem estabelecer novas Salinas, ou engrandecer as antigas; e tivessem para isso o beneplácito dos respectivos governos, não se lhes fizesse pelo Contracto embaraço algum.^{iv}



Figura 5. Representação da laguna de Araruama e suas salinas em 1767.

Ora, por aqui se depreende que as salinas artificiais existiam na região, uma vez que o contratador faz referência ao seu estabelecimento ou melhoramento das existentes. Além disso, algumas delas eram revestidas com tijolo, provando tratar-se de estruturas antrópicas^v. Contudo, se havia salinas artificiais, cuja construção permitiria uma exploração mais elevada do sal, Saint-Adolphe deixa transparecer, como aliás é frequente em lagunas hipersalinas, que o produto ocorria também de forma natural na laguna de Araruama. Nesse sentido, refere-se que “[...] médas d’areia maiores ou menores, segundo a irregularidade do lago, encerrão salinas naturaes, e o separão do Oceano.” (SAINT-ADOLPHE, 1845, tomo I, p. 76).

Aponta-se o ano de 1801 como término do monopólio português relativamente à produção de sal no Brasil (LAMEGO, 1946, pp. 168. HOLZER, 2014, pp. 50, 52). No entanto, em 1803 ainda surge documentação referente à concessão de um terreno para a construção de armazéns para o contrato do sal^{vi}. Embora a proibição régia tenha durado quase dois séculos, a verdade é que a exploração do produto nunca cessou, mantendo-se em laboração as salinas existentes. O sal era cada vez mais um produto procurado e embora a coroa cedesse os seus

direitos de exploração a contratadores que monopolizavam a atividade, a população continuava a explorar o recurso de forma ilegal (LAMEGO, 1946, p. 169). Não obstante a proibição régia, um diploma de 31 de Outubro de 1795 indica que o monopólio das salinas no Rio de Janeiro havia sido suspenso desde maio do mesmo ano, promovendo-se a instalação de novas marinhas e dando-se liberdade aos colonos para explorarem esse produto^{vii}. Depreende-se que nesse momento a coroa pretendia incentivar a atividade, situação que decorria da premente necessidade de sal.

De fato, em 1797, há 9 salinas na região, das quais somente 3 estariam em funcionamento produzindo 3300 alqueires (LAMEGO, 1946, p. 171). Este número parece manifestamente reduzido se tivermos em conta que, no ano de 1800, se contabiliza um consumo anual de 159000 alqueires na capitania do Rio de Janeiro^{viii}. Mas, Araruama podia perfeitamente produzir a quantidade necessária, pois segundo Araújo (1820, p. 169), em 1768 ou 1769, havendo falta de sal e por ordem do juiz ordinário, fechou-se a ligação entre uma salina da restinga de Massambaba e a laguna de Araruama, resultando na produção de 50000 alqueires. Como se pode aferir, através da documentação, havia necessidade elevada do produto e o problema de abastecimento era recorrente ao longo da centúria de setecentos. A sua importância até finais de século XIX era elevada, tendo em conta que eram poucas as alternativas à sua utilização. Embora se expedissem regularmente embarcações com sal português para a capitania do Rio de Janeiro, conforme comprova a documentação^{ix} nem sempre o produto chegava ao seu destino, sendo por vezes descarregado ilícitamente^x ou apesado por embarcações inimigas, como ocorreu em 1798 quando um navio que transportava 620 moios do produto foi apesado por franceses^{xi}.

Nesse mesmo ano de 1798 explica-se como razões de carência as módicas remessas enviadas de Portugal, a falta de embarcações para seu transporte e o fato de não chegarem à região navios com maior abundância do produto. Afirma-se que, se houvesse uma aposta na produção local, seriam vários os benefícios para a população, não só no concernente à própria alimentação mas, também, na conservação de alimentos e de couros bovinos. Por

outro lado, acresciam ainda os dividendos possíveis de arrecadar na sua comercialização. Não obstante a suspensão do monopólio do contrato do sal ocorrida em 1795, e apesar de todos os benefícios elencados, a situação produtiva não se havia alterado por se manter a inércia relativamente ao aumento de construção de salinas^{xiii}. Mas esse motivo parece relacionar-se menos pela inexistência de vontade por parte dos habitantes de construir ou explorar as salinas já existentes, mas pelo fato dos contratadores não aceitarem essa decisão sem terem antes conhecimento da vontade do monarca. Na verdade, o diploma de agosto de 1798 a que nos referimos anteriormente em que o contratador enaltecia o Vice-Rei pela tomada da decisão de liberar a produção e incentivar os colonos a construírem novas salinas, e não obstante tenha afirmado que já havia ponderado emitir essa ordem, postula também relativamente a essa decisão que “[...] ordem positiva a este respeito a não podíamos dar, pois seria a mesma huma contraveração às Condições expressas no mesmo Contracto.”^{xiii}.

Um documento de outubro^{xiv} aclara esta situação e deixa transparecer que o contratador do sal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já havia expedido a ordem régia e tomado as providências para melhorar as salinas. Contudo, o oficial régio incumbido de proceder a uma inspeção ao seu estado, Alexandre Inácio da Silveira, teria usufruído das salinas de forma imprópria, tomado posse das melhores e mais próximas da cidade, pagando ao capitão-mor para que este utilizasse os seus escravos, índios e outros habitantes para as explorar, ausentando-se sem dar nenhum parecer ao contador do sal, à câmara, ou a outras entidades competentes. Segundo o engenheiro que o substituiu nessa inspeção às salinas, referindo-se à inércia dos habitantes em melhorá-las usufruindo da liberalização régia, tal atitude provinha do descrédito que tais ações tinham gerado nos habitantes, ainda mais vendo que pessoas de fora de Cabo Frio estavam obtendo benefício das salinas. De qualquer modo, o relatório confirma a existência de uma grande quantidade de salinas referindo “[...] ter as margens da Lagôa Araroama, seguindo as da Restinga e as da terra firme por todas as suas partes e enceadas 16 Légoas, e a metade desta distancia he seguramente occupada por lugares proprios para Salinas.”^{xv}. Enumera bastantes salinas naturais^{xvi},

mas faz referência também a salinas cuja descrição se subentende serem artificiais, porquanto o seu revestimento seja de tijolo^{xvii}. Embora os dados enviados pela câmara que encerram o processo afirmarem a retomada dos trabalhos de maneira a melhorar o estado das salinas e, conseqüentemente, a sua produtividade, constata-se que no ano seguinte foi emanada uma disposição régia e a exploração das salinas de Cabo Frio voltou a ser vedada a particulares, não obstante se reconheça a sua importância para suprir a falta do produto na capitania do Rio de Janeiro. Assim, o vice-Rei ordena novamente a suspensão dos trabalhos, afirmando que, por não ter recebido esclarecimento de como proceder, as salinas iriam voltar ao seu estado primitivo, ou seja, improdutivas^{xviii}.

Do declínio à alta rentabilidade: a influência portuguesa no aumento da extração de sal em Araruama, séc. XIX e XX

A proibição régia da exploração de sal no século XVII, a gestão das salinas em proveito próprio no momento da liberalização régia já no século XVIII e a rápida e inesperada resolução protecionista que a coroa volta a implementar (talvez fruto do relatório que reporta a inoperância dos trabalhos) parecem impedir uma plena recuperação dos terrenos (naturalmente bastante proveitosos) explorados pelos colonos desde a tomada efetiva da região de Cabo Frio. Talvez por aqui se perceba o estado de abandono a que esta exploração parece votada na primeira metade do século XIX. Na verdade, segundo registra Araújo na segunda década de oitocentos

A preguiça dos povoadores actuaes em extrahir o lodo, e as hervas podres dos lugares, onde se faz a coalhadura, e acautelar tambem à tempo, que as aguas introduzidas pela barra não desmanchem a boa fermentação das primeiras, tem contribuído para a diminuição considerável a abundancia do Sal. (ARAÚJO, 1820, p. 169).

Por outro lado, o abandono das salinas encontra-se também referido nos relatos do viajante Auguste de Saint-Hilaire. A produção salífera parece ser então somente efetuada através da cristalização natural das águas depositadas nos recôncavos formados na restinga, embora certamente alguns dos tanques a que se refere

fossem em tempos idos artificiais, e agora, cobertos de vegetação e areias, lhe pareçam naturais. Diz-nos o autor referindo-se à laguna de Araruama

À extremidade da enseada [...] existe um promontório que tem o nome de Cachira. Nesse lugar, e em muitos outros vizinhos do lago, existem salinas. Quando as águas do lago aumentam, enchem as cisternas naturais existentes às suas margens. O lago baixa em seguida, mas a água fica nas cisternas, evaporando-se pouco a pouco e deixando um depósito salino (SAINT-HILAIRE, 1941, pp. 291-292).

No decorrer da década de vinte do século XIX, surge investimento no setor salineiro aplicando-se técnicas utilizadas na Alemanha e na França sendo, nesta altura, que se introduzem os métodos de extração verdadeiramente industrializados (LAMEGO, 1946, p. 172. HOLZER, 2014, p. 52). Lamego aponta o estado embrionário desta indústria até finais deste século, afirmando que, das salinas ativas em 1946, a mais antiga datava de 1852 e que, em 1859, somente existiam 3 em laboração, não havendo investimentos no setor até 1868. (LAMEGO, 1946, p. 172). Note-se, porém, que em 1856, acrescentando às 3 sociedades salineiras mencionadas por Lamego (*Idem*) o registo paroquial de terras relativo a São Pedro, Cabo Frio, registra a posse de um terreno pertencente à Sociedade Industrial de Salinas Aldeense, confinando com a laguna^{xix}.

A partir de finais do século XIX e início do XX, com o declínio da cafeicultura e a taxaçoão ao sal importado, a salicultura cresce exponencialmente (LAMEGO, 1946, p. 172 *et seq.*). Nesta altura, tem igualmente um papel relevante a imigração de portugueses provenientes das regiões de Aveiro e Figueira da Foz que se instalam nas margens de Araruama, dedicando-se à salicultura e implementando as técnicas de evaporação e cristalização solar utilizadas em Portugal (HOLZER, 2014, pp. 51-53. PEREIRA, 2009, p. 97, 99.) Na verdade, embora não se trate ali de uma laguna hipersalina, as condições geomorfológicas do sistema lagunar de Aveiro foram potencializadoras de uma forte exploração do sal. A partir de finais do século IX e até ao século XVIII a salicultura era uma das principais indústrias dessa região, tornando a população profundamente conhecedora dessa prática milenar (BASTOS, 2006, pp. 140-158. AMORIM,

1996, vol. I, pp. 313-366). Quando as salinas atravessam uma fase de declínio, especialmente no caso de Aveiro, cujo confinamento da laguna nos finais do século XVIII tornou quase inexistente a troca hídrica das águas lagunares com o oceano, reduzindo drasticamente a produção de sal (BASTOS; DIAS, 2012, p. 246), a população teve de procurar alternativas. Por outro lado, várias semelhanças existem entre ambos os sistemas lagunares que proporcionam a extensão do conhecimento adquirido nas marinhas de Aveiro e sua aplicação em Araruama. A conformação física da implantação das salinas é semelhante no que concerne à sua compartimentação em tanques (*cf.* LOBO, 1812, pp. 162-164. LAMEGO, 1946, p. 175. AMORIM, 1996, Vol. I, pp. 321-322. HOLZER, 2014, p. 53). As condições dos solos de ambos eram quase idênticas, sendo que, por falta de algas, o processo de endurecimento do fundo das marinhas tinha de ocorrer de forma artificial (HOLZER, 2014, p. 53), levando a crer que já nas salinas antigas esse processo fosse utilizado. Esta característica obriga a uma recolha de sal quase diária, ao contrário das salinas cujo solo é revestido de algas onde a recolha se dá somente 3 vezes por ano^{xx} (LOBO, 1812, p. 173. AMORIM, 1996, Vol. I, pp. 349-350). Por outro lado, existia necessidade de se utilizar uma espécie de tijolos de moço para construção dos muros das marinhas, que no caso de Aveiro, os marnotos chamavam torrão (*Idem*, p. 351), podendo-se estar a falar da mesma técnica empregada nos tijolos de construção dos muros utilizados nas marinhas de Araruama^{xxi}. A própria construção das salinas e as fases de preparação eram semelhantes, marcadas pela dificuldade que esta tipologia de solos oferece (LOBO, 1812, pp. 165-170. LAMEGO, 1946, pp. 175-176. AMORIM, 1996, Vol. I, pp. 348-355). Ao contrário do que acontecia com as salinas de Aveiro, cujo fluxo e refluxo da maré as abastecia (AMORIM, 1996, Vol. I, p. 321, 325-326), os terrenos do entorno da laguna de Araruama são mais elevados do que a mesma e a restinga foi reconfigurada para conter os compartimentos dos tanques, tornando-se essencial a utilização de moinhos de vento para fazer chegar a água salgada aos compartimentos (LAMEGO, 1946, p. 175). Esses moinhos ponteando na paisagem são marca dos típicos aldeamentos da população que se dedicava à

salicultura (HOLZER, 2014, pp. 53-54). Por aqui se entende o quanto essa paisagem natural foi intensamente transformada com o crescimento acentuado das salinas, anteriormente mencionado.

Tais introduções técnicas tornam o complexo salineiro de Araruama um importante polo de produção de sal, cujos quantitativos de salinas em laboração e os índices de produtividade não deixam de revelar. Em 1930, existiam cerca de 120 salinas no entorno lagunar, ocupando cerca de 19 milhões de metros quadrados e produzindo cerca de 80 mil toneladas de sal. A região de Cabo Frio, incluindo Arraial do Cabo, tinha a maior área ocupada por salinas, com cerca de 9 milhões e 830 mil metros quadrados, cuja produção de cerca de 40 mil

toneladas era também a mais elevada (cf. LAMEGO, 1946, p. 179. PEREIRA, 2009, p. 102. HOLZER, 2014, p. 54). No mapa datado de 1929 produzido pelo serviço geológico e mineralógico do Brasil (Figura 6), é notório tal cenário de intensa ocupação do entorno de Araruama pelas salinas e, conseqüentemente, a referida alteração da paisagem. Em nossa perspectiva, apesar das salinas virem operando uma paulatina modificação do espaço no entorno de Araruama e especialmente em Cabo Frio, havendo como dissemos salinas artificiais desde tempos recuados, é a partir da introdução das técnicas pelos portugueses que tal transformação tem maior relevo.

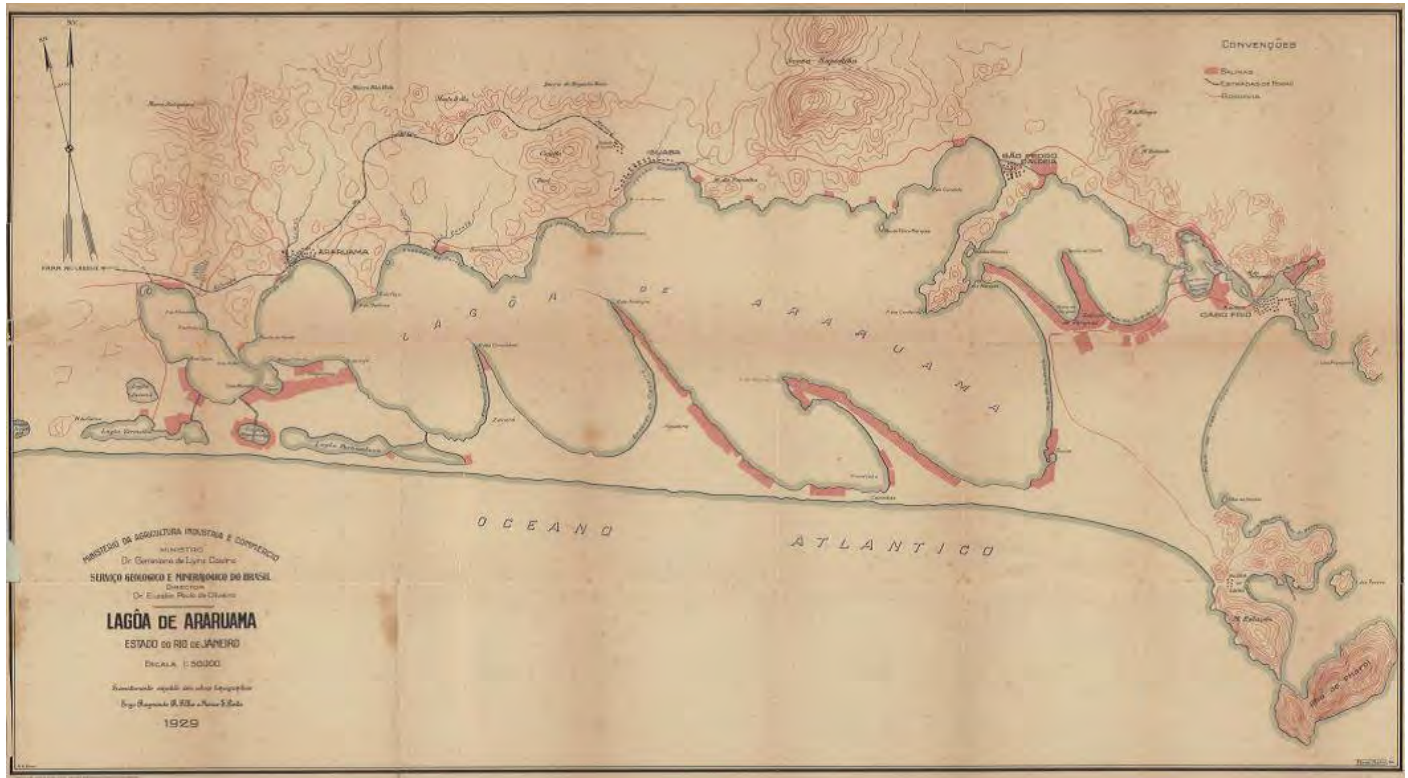


Figura 6. Exploração do sal na laguna de Araruama em 1929 (salinas representadas a vermelho).

Não obstante a produtividade elevada, subsistiram diversos problemas relacionados com a tecnologia empregada, as elevadas taxas sobre o produto e a falta de infraestruturas para seu escoamento. A partir da década de 50 ocorrem importantes inovações tecnológicas que permitiram a produção de sal refinado, inovações implementadas pelas empresas Companhia Salinas Perynas e Refinaria Nacional do Sal (PEREIRA, 2009, pp. 100-107).

Com a instalação da Companhia Nacional

Álcalis tudo se altera. A pequena localidade de Arraial do Cabo, cujas facetas produtivas eram especialmente a pesca e a produção de sal, embora administrativamente adstrita a Cabo Frio, enfrenta um processo de “modernização industrial”, alterando completamente a sua feição (*Idem*, 2009, pp. 185-201).

A cartografia dos finais da década de 70 demonstra a quantidade de salinas existentes na região, da qual grande parte pertence às companhias anteriormente mencionadas (Figura 7).

Com o encerramento da Alcális, as salinas tornaram-se, na sua maioria, inativas (HOLZER, 2014, p. 56). Atualmente, os antigos terrenos de salinas vêm sendo atulhados para se transformarem em lotes para moradias, desrespeitando o equilíbrio ambiental, a legislação vigente e a própria segurança dos

moradores (cf. TERRA, 2012) modificando uma paisagem vernacular onde as salinas são testemunho da identidade local profundamente marcada pela influência portuguesa e por um *modus vivendi* muito particular da região (HOLZER, 2014, p. 56).

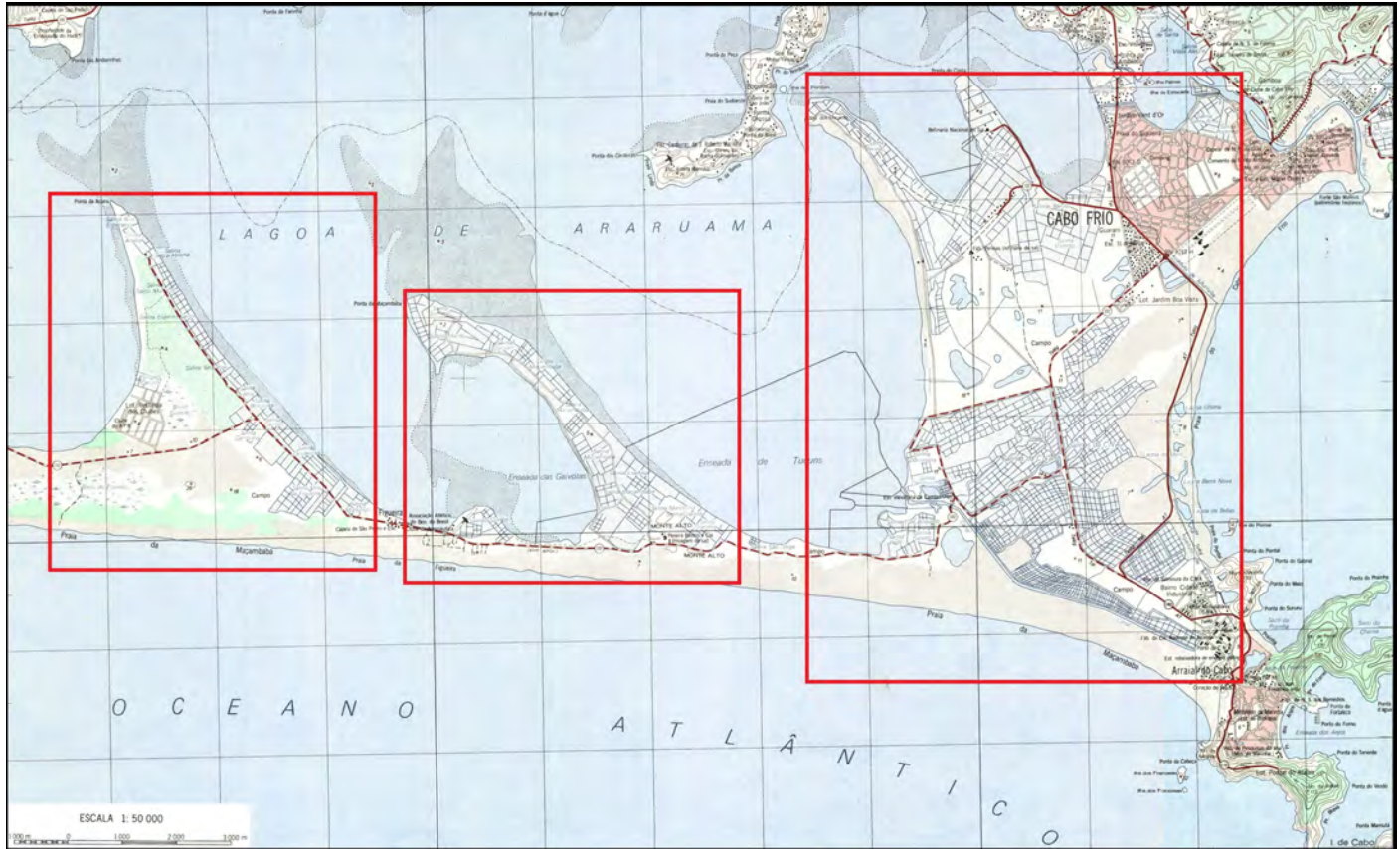


Figura 7. Exploração de sal na laguna de Araruama em 1979, detalhe das salinas existentes na ponta da Acaíra, ponta de Massambaba e nas cidades de Arraial do Cabo e Cabo Frio.

CONCLUSÃO

O sistema lagunar de Araruama, cujo processo evolutivo se processou desde cerca de 120 mil anos até 7 mil anos antes do presente, reuniu condições propícias à exploração salífera. Tal situação resultou essencialmente do fato deste corpo hídrico lagunar se encontrar protegido do impacto direto das águas do oceano, tornando-se um local próprio para a construção de salinas. Acrescem outros fatores naturais essenciais para a potencialidade da extração desse recurso natural como o clima, a profundidade reduzida da laguna, a insignificante drenagem fluvial, a rápida evaporação proporcionada pelos ventos de Nordeste e a

existência de um só canal de contacto com o oceano. No momento da ocupação portuguesa da região de Cabo Frio, a extração de sal era praticada pelos indígenas. No entanto, a introdução de novas técnicas de exploração desse recurso natural permitiu um maior desenvolvimento dessa empresa, marcando profundamente o *modus vivendi* das populações da região e influenciando numa paulatina modificação da paisagem.

Com a ocupação do território de Cabo Frio, no século XVII, reuniram-se condições para se iniciar a exploração salífera em salinas artificiais. Como se viu, as salinas já eram referenciadas na cartografia da época, embora não se consiga discernir se eram naturais ou artificiais. A sua alta produtividade pode ser verificada pelo fato de a coroa monopolizar a sua produção, reservando-a para os contratadores do

sal. Garantia-se, assim, que o sal fosse importado da metrópole, não obstante subsista a exploração ilegal por parte da população.

Com a crise de produção, nos finais do século XVIII, o monarca promove a recuperação das salinas de Cabo Frio, incentivando os interessados a aproveitar as salinas existentes ou a construir salinas novas. Tal processo foi infrutífero e, somente a partir da segunda metade do século XIX, inicia-se verdadeiramente a produção de sal de forma industrial. A partir dessa altura, começa a chegada de portugueses à região de Cabo Frio, provenientes de Aveiro e Figueira da Foz, iniciando a exploração através da técnica de evaporação e a cristalização solar utilizada milenarmente em Portugal. As formas de construção das salinas e os métodos empregados na produção são, por isso, similares. A diferença mais considerável encontra-se em Araruama, com a utilização de moinhos de vento para levar a água salgada aos tanques, uma vez que o perfil da laguna não permite que tal suceda de forma natural. A indústria do sal cresce então exponencialmente, como se pode aferir através da quantidade de salinas que passam a pontuar o entorno lagunar. Tal situação provoca uma intensa modificação da paisagem. Embora se possa afirmar que vinha paulatinamente acontecendo, somente a partir da década de vinte do século XX pode ser verificada com maior preponderância.

Hoje, o turismo é a maior fonte de rendimento da população da região. As salinas, na sua maioria desativadas, foram aterradas para construção de habitações de veraneio. Em poucas décadas, uma atividade secular que dinamizou a região e marcou a identidade local com raízes portuguesas, está em risco de desaparecer, urgindo que se guarde a memória de antanho

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, cx. 1 (doc. 4, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 26); cx. 7 (doc. 1); cx. 11 (doc. 1176); cx. 37 (doc. 3925); cx. 39 (doc. 4027); cx. 45 (doc. 4618, 4622); cx. 68 (doc. 6317); cx. 156 (doc. 11782); cx. 164 (doc. 12266); cx. 165 (doc. 12328); cx. 166 (doc. 12384); cx. 171 (doc. 12714); cx. 179 (doc. 13133);

cx. 209 (doc. 14585).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Registros Paroquiais de terras, São Pedro, Cabo-Frio, Livro 13, Fol. 66, registo 326.

FONTES CARTOGRÁFICAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, coleção cartográfica nº 162, microfimes 58 e 61, Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira Cosmographo de Sua Magestade. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162623> (acesso: 20-07-2015).

Biblioteca Nacional do Brasil, Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil, CAM 02,008-cartografia.

Real Academia de la Historia, Colecciones del Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Material Cartográfico Portugués, Terra de Cabo Frio. Disponível em: http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/es/consulta/resultados_navegacion.cmd?id=99159&posicion=1&presentacion=mosaico&forma=ficha (acesso: 20-07-2015).

Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE – Diretoria de Geodésia e Cartografia, Superintendência de Cartografia, folha SF-23-Z-B-VI-4, Cabo Frio. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=661> (acesso: 22-07-2015).

Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, SGMB, Lagoa de Araruama 1929. Disponível em: http://www.an.gov.br/sian/multinivel/multinivel_consulta4.asp?v_codReferenciaPai_ID=%201062013 (acesso: 21-07-2015)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, I. 1996. *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*. Tese (Doutoramento Curso de História), Vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 566 pp.

- Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/28865> (acesso: 20-07-2015).
- ARAUJO, J. de S. A. P. de 1820. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas A'Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, Dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Tomo II, Rio de Janeiro: Impressão Régia, 273 pp.
- BARBIÉRE, E. B. 1975. Ritmo climático e extração do sal em Cabo Frio. *Revista Brasileira de Geografia*, **37**(4): 23-109.
- BARBIÉRE, E. B. 1984. Cabo Frio e Iguaba Grande, dois microclimas distintos a um curto intervalo especial. In: LACERDA, L. D.; ARAUJO, D. S. D.; CERQUEIRA, R.; TURCQ, B. (Eds.) *Restingas: origem, estrutura, processos*. CEUFF, Niterói: 3-12.
- BASTOS, M. R. 2006. *O Baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis*. Tese (Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais na especialidade de História). Universidade Aberta: Lisboa, 285 pp. Disponível: <http://hdl.handle.net/10400.2/781> (acesso: 20-07-2015).
- BASTOS, M. R. & DIAS, J. A. 2012. Um teste de resiliência nas relações homem-meio: o caso da restinga arenosa da laguna de Aveiro. In: RODRIGUES, M.A.C. ; PEREIRA S.D. & SANTOS, S. B. dos (Eds.) *Baía de Sepetiba: Estado da Arte*. Ed. Corbã, Rio de Janeiro: 239-250.
- BIDEGAIN, P. 2005. *Plano das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos e do rio São João*. Consórcio Intermunicipal para Gestão das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira – CILSJ, Rio de Janeiro: 153 pp. Disponível: http://www.inea.antigo.rj.gov.br/recursos/downloads/comite_lagos_sao_joao_plano_bacia.pdf (acesso: 21-07-2015).
- BIDEGAIN, P. & BIZERRIL, C. 2002. *Lagoa de Araruama - Perfil Ambiental do Maior Ecossistema Lagunar Hipersalino do Mundo*. Projeto Planágua Semads, Rio de Janeiro: 160 pp. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/10812> (acesso: 21-07-2015).
- CARVALHO, A. P. A. M.; COSTA, R. dos S. & ROSA, J. da C. L. da 2014. *Eutrofização e introdução de espécies exóticas em estuário hipersalino: Lagoa de Araruama, Rio de Janeiro, Brasil*. Resumos do 4º. Seminário sobre Gestão de Recursos Hídricos e 5º Fórum do Observatório Ambiental realizado em Campos dos Goytacazes de 28 a 30 de outubro de 2014 [recurso eletrônico]. / Coordenação de Vicente de Paulo Santos de Oliveira - Campos dos Goytacazes (RJ). Editora Essentia disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/srhydro/article/view/5591> (acesso: 28-07-2015).
- DIAS, G. T. M. & KJERFVE, B. 2009. Barrier and Beach Ridge Systems of the Rio de Janeiro Coast. In: DILLENBURG, S. R. & HESP, P. A. (Eds.) *Geology and Geomorphology of Holocene Coastal Barriers of Brazil*. Lecture Notes in Earth Sciences, 107, Berlin: Springer-Verlag, p. 225-252.
- HOLZER, W. 2014. O Sabor do Sal: Paisagens Vernaculares da Araruama. *Geograficidade*, **4** (Número Especial – Sabores Geográficos): 47-58.
- KJERFVE, B.; SCHETTINI, C. A. F.; LESSA, G. & FERREIRA, H. O. 1996. Hydrology and Salt Balance in a Large, Hypersaline Coastal Lagoon: Lagoa de Araruama, Brazil. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, **42**: 701-725.
- LAMEGO, A. R. 1946. O Homem e a Restinga. In: *Sectores da Evolução Fluminense*. Vol. II, Rio de Janeiro: IBGE, 227 pp.
- LOBO, C. B. de L. 1812. Memória sobre as marinhas de Portugal. In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o aditamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo IV, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa: 313-376.
- MASSA, H. 1980. *Cabo Frio Histórico-Político*. Cabo Frio: Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Rio de Janeiro: Inelivro, 271 pp.
- MUEHE, D. 2011. Erosão Costeira – Tendência ou Eventos Extremos? O Litoral entre Rio de Janeiro e Cabo Frio, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management*, **2**(3): 315-325.

- NETO, R. C. 1984. Algumas considerações sobre a origem do sistema lagunar de Araruama. In: LACERDA, L. D.; ARAUJO, D. S. D.; CERQUEIRA, R; TURCQ, B. (Eds.) *Restingas: origem, estrutura, processos*. CEUFF, Niterói: 61-63.
- PEREIRA, W. L. 2009. *Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da companhia nacional da Alcalis e de seus trabalhadores. Cabo Frio (1943-1964) Arraial do Cabo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 478 pp. + anexos. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1154.pdf (acesso: 28-07-2015).
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. de 1845. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brasil*. Tomo I, Tomo II, Paris: J. P. Ailleud, 566p, 794 pp.
- SAIN-HILAIRE, A. de 1941. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil com um Resumo Histórico das Revoluções do Brasil, da Chegada de D. João VI à América à Abdicação de D. Pedro*. In: *Brasiliana: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Vol. 210*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 452 pp.
- SALVADOR, F. V. do 1918. *Historia do Brasil 1500-1627*. Nova Edição revista por Capistrano de Abreu, São Paulo / Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 632 pp.
- SOUZA, G. S. 1851. *Tratado Descriptivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 422 pp.
- TERRA, A. D. G. 2012a. *O Sal da Terra: Ocupação irregular em Área de Expansão Turística, o Caso da Localidade de Poças, na Restinga de Massambaba, em Arraial do Cabo – RJ*. In: *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, Uberlândia, Vol. I, p. 14266-14285*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d0fb963ff976f9c3> (acesso: 28-07-2015).
- TERRA, A. D. G. 2012b. *Uma janela para o mar: ocupação irregular na localidade de Monte Alto, na restinga de Massambaba, em Arraial do Cabo – RJ*. In: *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, Uberlândia, p. 10437-10467*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0609154fa35b3194> (acesso: 28-07-2015).
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ) 2014. Secretaria-Geral de Planejamento. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. v. Arraial do Cabo, Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1> (acesso: 27-06-2015).
- VASCONCELLOS, P. S. de 1865. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo. Em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil, dos fundamentos que nellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas d'aquelle Estado*. Vol. I, Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 200 pp.

Notas

- ⁱ Lei número 839 de 13 de Maio de 1985 - cria o município de Arraial do Cabo a ser desmembrado do município de Cabo Frio. Acesso: 17- 07 - 2015, disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/0/1fe6db8a9532224903256586007bcf31?OpenDocument>
- ⁱⁱ A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 1, doc. 4; cx. 1, doc. 7; cx. 1, doc. 8; cx. 1, doc. 9; cx. 1, doc. 10; cx. 1, doc. 13; cx. 1, doc. 14; cx. 1, doc. 15; cx. 1, doc. 20; cx. 1, doc. 26; cx. 7, doc. 1.
- ⁱⁱⁱ Além da representação das salinas no mapa, o cartógrafo também as refere na descrição do litoral em análise: A. N. T. T. coleção cartográfica, nº 162, microfilmes 58 e 61
- ^{iv} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 165, doc. 12328, fol. 1-2.
- ^v A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 166, doc. 12384, fol. 16.
- ^{vi} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 209, doc. 14585.
- ^{vii} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 156, doc. 11782.
- ^{viii} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 179, doc. 13133.
- ^{ix} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 37, doc. 3925; cx. 39, doc. 4027; cx. 45, doc. 4618; cx. 45, doc. 4622; cx. 68, doc. 6317.
- ^x A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 11, doc. 1176.
- ^{xi} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 165, doc. 12328, fol. 2.
- ^{xii} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 164, doc. 12266, fol.2-3.
- ^{xiii} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 165, doc. 12328, fol. 2.
- ^{xiv} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 166, doc. 12384, fol. 9.
- ^{xv} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 166, doc. 12384, fol. 10.
- ^{xvi} Cf. *Idem*, fol. 14 et seq..
- ^{xvii} *Idem*, fol. 16.

^{xviii} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 171, doc. 12714.

^{xix} A. P. E. R. J. Registros Paroquiais de terras, São Pedro, Cabo Frio, Livro 13, fol. 66, registo 326.

^{xx} Há que ter em consideração que a produtividade em Araruama era seguramente muito maior do que em Aveiro, pois que as águas são já hipersalinas, e em Aveiro há que esperar que a água nas marinhas evapore e se vá transformando progressivamente em hipersalina.

^{xxi} A. H. U. Conselho Ultramarino, cx. 166, doc. 12384, fol.14.

